

DOI: <http://dx.doi.org/10.18316/rcd.v15i36.9104>

EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

EDUCATION AND SEXUALITY: AN INTEGRATIVE REVIEW OF LITERATURE

Fernanda Geórgia Isidoro Corrêa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

E-mail: nandaisidororj@gmail.com

Isabel Kathyane da Silva Mota

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

E-mail: isabels.mota@hotmail.com

Francisco Régis Vieira Alves

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

E-mail: fregis@ifce.edu.br

RESUMO

Tendo em vista que a sexualidade é uma dimensão indissociável da natureza humana, trabalhar o tema sob o prisma da diversidade torna-se imprescindível para a construção de uma educação cidadã, baseada em Direitos Humanos. Assim, o presente trabalho busca descrever como o tema é abordado na educação brasileira, identificando fragilidades e indicando pontos de melhorias. Para a sua realização, procedeu-se com a busca no referencial teórico, seguido do levantamento de publicações entre 2010 e 2019, na base *SciELO*, utilizando como descritores de assunto as palavras *Educação* e *Sexualidade*. Foram selecionados 28 (vinte e oito) artigos que atenderam aos critérios de inclusão e apresentaram relevância com a abordagem pretendida. Entre os resultados obtidos, verificou-se que os docentes tratam o tema segundo concepções pessoais; as Políticas Públicas que visam a inclusão da temática como conteúdo escolar encontram entraves morais ou religiosos e pouco se efetivam na prática; a formação docente na temática é demasiadamente incipiente; intervenções assumem caráter higienista e reforçam a construção heteronormativa, além de existirem poucas avaliações disponíveis, dificultando o embasamento consistente para ações corretivas.

Palavras-chave: Educação; Sexualidade; Gênero; Diversidade Sexual.

ABSTRACT

Considering that sexuality is an inseparable dimension of human nature, working on the theme from the perspective of diversity becomes essential for the construction of citizen education, based on Human Rights. Thus, this paper seeks to describe how the theme is approached in Brazilian education, identifying weaknesses and indicating points for improvement. For its realization, we proceeded with a search in the theoretical framework, followed by a survey of publications between 2010 and 2019, in the SciELO database, using the words Education and Sexuality as subject descriptors. Twenty-eight (28) articles were selected that met the inclusion criteria and were relevant to the intended approach. Among the results obtained, it was found that the professors deal with the topic according to personal conceptions; Public Policies that aim to include the theme as a school content encounter moral or religious barriers and are not effective in practice; teacher training in the subject is too incipient; interventions assume a hygienist character and reinforce the heteronormative construction, in addition to the fact that there are few assessments available, making it difficult to provide a consistent basis for corrective actions.

Keywords: Education; Sexuality; Gender; Sexual Diversity.

Introdução

É incontestável que a Declaração Universal dos Direitos Humanos marca a retomada de garantias e direitos após os horrores da Segunda Guerra. No contexto da educação, o art. 26 da Carta eleva o Direito à Educação ao patamar de Direito Humano ao afirmar que “a instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais” (ONU, 1947, art. 26).

No mesmo sentido, caminham a Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996). Ao tratar a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, reiteram que esta deve ser promovida e incentivada em colaboração com a sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A partir do conceito de Dignidade da Pessoa Humana, se estabelece a igualdade do homem perante a lei, independentemente de raça, credo ou orientação sexual. Assim, o novo paradigma da cidadania surge em conjunto com a ideia de ser reconhecido como um membro pleno da sociedade, para exercer direitos e cumprir obrigações, em iguais condições com seus pares.

Nesse contexto, em que a escola emerge como um espaço plural voltado para a construção da cidadania, dada a centralidade que a educação possui para o atendimento das demandas sociais, torna-se mister o debate em torno do tema Diversidade e Inclusão. No mesmo sentido, Costa (2000, p. 50) define a inclusão como o termo encontrado “para definir uma sociedade que considera todos os seus membros como cidadãos legítimos”.

A diversidade, por sua vez, é representada por uma gama de manifestações, conforme definiu Mantoan (2003, p. 12), “ a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e destacada e é condição imprescindível para se entender como aprendemos e como compreendemos o mundo e a nós mesmos. ” Desse modo, a sexualidade, enquanto dimensão indissociável da natureza humana, também deve

ser trabalhada em sua diversidade no contexto escolar, sendo imprescindível para a construção de uma educação cidadã, baseada em Direitos Humanos.

O conceito de diversidade sexual, enquanto campo de estudo, permeia três abordagens: sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual (SOARES, 2014). Assim, ao tratar do tema cabe, inicialmente, contextualizar a diferença entre sexo e gênero. “Gênero é o princípio que transforma as diferenças biológicas entre os sexos em desigualdades sociais, estruturando a sociedade sobre a assimetria das relações entre homens e mulheres” (BRUSCHINI, 1998 apud SANTOS, 2010, p. 4). Assim, o vocábulo sexo está diretamente ligado às diferenças biológicas entre homem e mulher enquanto o gênero abrange os fenômenos socioculturais envolvidos na construção da identidade do sujeito.

Ainda, as identidades homem/mulher são definidas segundo uma perspectiva antropológica que se baseia em estruturas sociais onde as mulheres são identificadas com esfera privada de atuação e os homens com a arena pública, da produção e política (WOODWARD, 2000).

A partir daí, são estabelecidos os papéis sociais considerados essencialmente masculinos ou femininos, em uma perspectiva que associa a fragilidade ao feminino e a virilidade ao masculino. O que destoia dessa generalização, via de regra, é tratado de forma pejorativa. Tal imposição, que também encontra desdobramentos na forma como manifestamos nossa sexualidade, é conhecida como heteronormatividade, tratando-se, portanto, da origem que fundamenta o preconceito de gênero e orientação sexual na sociedade.

Nesse sentido, “discriminações em relação à raça, à etnia, a gênero, à orientação sexual, entre outras tantas manifestações de ser e estar no mundo, tornam-se ferramentas de poder que colocam à margem e negam aos indivíduos o direito de cidadania” (RODRIGUES, 2017, p. 2).

Na mesma linha, Rondas e Machado (2015) explicam o quanto são danosos os efeitos causados pela heteronormatividade aos indivíduos. Harmonizar-se com a sociedade, e o padrão de gênero hegemônico, envolve uma série de privações no que tange ao exercício de direitos. Por outro lado, assumir a diferença significa sujeitar-se à marginalidade, como normalidade.

Em oposição ao que prega a concepção vulgar do senso comum, a “sexualidade não é somente o ato sexual, é toda forma de sentir, atuar e se relacionar de uma pessoa” (BARBOSA; RODRIGUES, 2012, p. 2). Portanto, em última análise, negar o direito da sexualidade a alguém significa negar-lhe o direito à afetividade, o que vai de encontro aos princípios consolidados em Direitos Humanos.

Louro (1997) explica que ao longo do tempo o debate em torno da educação sexual no ambiente escolar se apresentou de maneira variada; intercalando momentos em que foi tratado como assunto do âmbito privado com outros em que se apresentava como questão de interesse do Estado e da escola. No entanto, ressalta que o tema tem sido abordado no ambiente escolar associado a escolhas morais e religiosas e se apresenta marcado pela dualidade com referências ao que seria considerado “normal/anormal”; “patológico/saudável” e/ou “correto/equivocado”.

A Orientação Sexual passou a ser tratada pelo Governo Federal como um Tema Transversal em 1998, a partir da estruturação dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental – PCN, portanto devendo ser integrada à proposta pedagógica da escola e articulada com as demais disciplinas (ROCHA, 2011).

Entretanto, a ideia de inclusão somente começou a ganhar espaço no cenário político nacional após o ano de 2003, quando o conceito de diversidade (associado à inclusão social; ações afirmativas e políticas de diversidade), surgiu como um norteador da agenda política do governo da época (ROCHA, 2011).

Por outro lado, mais de meio século depois da Declaração Universal dos Direitos Humanos, Araújo e Afonso (2018, p. 51) apontam a dificuldade em se consolidar uma cultura social voltada aos direitos humanos:

Embora a Educação em Direitos Humanos encontra-se ganhando espaço no cenário educacional brasileiro e avanços podem ser verificados em relação ao reconhecimento de direitos nos marcos legais, ainda se constata as dificuldades de consolidação de uma cultura social de direitos humanos, devido aos preconceitos presentes numa sociedade marcada por privilégios, desigualdades, discriminações, preconceitos e desrespeitos.

No mesmo sentido, cabe ressaltar o contexto dramático de violência e intolerância que vivemos no país. Segundo dados divulgados pelo Grupo Gay da

Bahia, O Brasil registrou 445 casos de assassinatos de homossexuais em 2017. De forma similar, a ONG *Transgender Europe* revelou que, entre 2008 e junho de 2016, cerca de 870 travestis e transexuais foram assassinados no país. Assim, o Brasil ocupa o primeiro lugar no mundo em número de homicídios cujas vítimas são pessoas homossexuais e/ou transgêneros. Além disso, pesquisas indicam que as práticas violentas, sofridas desde a primeira infância no lar e na escola, inviabilizam a conclusão dos estudos, relegando os homossexuais e transgêneros à exclusão social, no mundo das drogas, crime e prostituição.

Ao passo que ampliar o diálogo se torna cada vez mais imperativo, Costa (2000) indica que a responsabilidade de criar um espaço de discussão, vem sendo progressivamente negligenciada pelas famílias e delegada à instituição escolar, principalmente quando se trata de assuntos considerados difíceis ou tabus na sociedade, como sexo ou drogas.

Assim, Soares (2014, p. 208) explica a centralidade que a escola assume em tais debates que, muitas vezes, não encontram espaço em outros ambientes:

A sala de aula é um lugar privilegiado para se promover a cultura de reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos no que tange à diversidade [...] O que ocorre na sala de aula possibilita discutir a educação escolar a partir de uma perspectiva crítica e problematizadora.

Diante do exposto, e da relevância do assunto, o presente trabalho busca descrever como o tema Educação e Sexualidade é abordado no contexto da educação brasileira, identificando fragilidades e indicando pontos de melhorias, tendo por base as publicações científicas da última década (2010-2019). A escolha por este recorte temporal se deve ao fato de que, conforme visto, a ideia de inclusão começou a ganhar espaço no cenário político nacional após o ano de 2003, quando o conceito de diversidade, surgiu como um norteador da agenda política do governo da época. Desse modo, espera-se, pelo menos em teoria, que a década seguinte seja permeada pelos resultados do trabalho iniciado e desenvolvido no decurso do período anterior, que vai até 2009. Por este motivo, escolheu-se o recorte temporal da década 2010-2019 para investigação neste estudo.

Materiais e métodos

O presente trabalho consiste de uma revisão integrativa da literatura com abordagem qualitativa, que busca descrever como o tema educação e sexualidade se desenvolve no contexto escolar brasileiro, a partir da análise da produção científica da última década (2010-2019). A pesquisa consiste da compilação e síntese de resultados de diversos trabalhos situados na temática, buscando descrever as práticas com base em evidências científicas.

O método para a coleta e análise de dados em uma revisão integrativa da literatura é composto por seis etapas: definição da questão norteadora; busca na literatura a partir dos critérios de inclusão e exclusão definidos; coleta de dados e síntese das informações obtidas; análise crítica dos estudos incluídos; discussão dos resultados; e apresentação do produto (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

O ponto de partida para a análise investigativa do trabalho foi a seguinte pergunta: Como a sexualidade está sendo trabalhada no contexto escolar? Em seguida, as palavras Educação e Sexualidade foram definidas como descritores de assunto. A partir daí, utilizou-se da técnica de busca com o booleano and combinando as duas palavras. Assim, foi realizada a busca de publicações na base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO).

Foram encontrados 99 artigos e, dentre esses, 28 foram selecionados para análise, de acordo com os seguintes critérios de inclusão: (1) Formação Docente, (2) Abordagem ou sugestão de intervenção no contexto do ensino fundamental ou médio, (3) Políticas Públicas em Educação, (4) Percepção e/ou conhecimento acerca da temática, (5) Diversidade e Tolerância, (6) idioma (português), e (7) artigos publicados entre os anos de 2010 a 2019 disponibilizados na íntegra.

Após a leitura dos artigos que restaram, organizou-se os dados a partir das seguintes macro abordagens: Percepção acerca do tema por docentes; Políticas Públicas que visam à inclusão da sexualidade como conteúdo escolar; Formação Docente para abordagem em Educação e Sexualidade, Intervenções ou Propostas para a temática no contexto escolar e Análise do Contexto brasileiro.

A opção pelas abordagens descritas se deu em função de uma metodologia utilizada em Processos de Gestão que, para Marshall et al. (2008), visam à melhoria contínua. A ferramenta, chamada de Ciclo PDCA, é uma sigla do inglês para: Plan, Do, Check e Act. O instrumento pode ser descrito pelo Planejamento, Implementação, Controle de Resultados e Ação Corretiva. Assim, optamos por essa forma de abordagem por acreditar que a aplicação da ferramenta ajuda a sistematizar o processo de melhoria, favorecendo o alcance dos resultados pretendidos, a partir do encadeamento de cada etapa do ciclo descrito.

Desse modo, a percepção acerca do tema por docentes serviria como informações de entrada para a elaboração de Políticas Públicas (Plan), que deveriam refletir na formação docente para a realização de intervenções adequadas no contexto escolar (Do), sendo mensuradas e analisadas no contexto brasileiro (Check) para propor subsídios às ações corretivas (Act).

Resultados e discussão

A partir da metodologia descrita, restaram 28 artigos que apresentaram pertinência com a abordagem pretendida. Dentre os artigos selecionados, 5 foram em forma revisão bibliográfica, 3 de revisão integrativa da literatura e os demais como pesquisa ou trabalho de campo.

Quanto ao número de publicações, o ano de 2012 apresentou maior representatividade, com 5 artigos, o que relacionamos a uma possível reação à decisão do MEC, no ano de 2011, ao voltar atrás na distribuição do material de combate à homofobia, que ficou vulgarmente conhecido como Kit Gay.

A partir das macro abordagens estabelecidas no tópico anterior, 8 artigos trataram a respeito da Percepção Acerca do Tema, 3 versaram sobre Políticas Públicas que visam à inclusão da sexualidade como conteúdo escolar; 2 abordaram a interseção entre a temática e a Formação Docente, 13 retrataram Intervenções ou Propostas para o contexto escolar e, finalmente, 2 trataram sobre a Análise do cenário brasileiro.

Percepção acerca do tema por docentes

A partir da análise da categoria, é possível perceber que os trabalhos selecionados avaliam tanto o conhecimento do docente acerca do tema, quanto a sua percepção de como o assunto se desenvolve no contexto escolar.

Todos os trabalhos analisados envolveram entrevistas diretas realizadas com docentes (PINHEIRO, SILVA E TOURINHO, 2017; GAVA E VILLELA, 2016; GESSER, OLTRAMARI E PANISSON, 2015; ANDRES, JAEGER E GOELLNER, 2015; QUIRINO E ROCHA, 2012; BORGES et al., 2011; ALMEIDA et al., 2011; MOIZÉS E BUENO, 2010). Observa-se que há o levantamento do diagnóstico acerca do tema, incluindo dificuldades e desafios para os docentes, mas, via de regra, não são propostas ações específicas para melhorar a sua forma abordagem.

No entanto, Moizés e Bueno (2010) propõem ações educativas sendo que estas se referem exclusivamente ao aspecto relacionado à prevenção de gravidez e Doenças Sexualmente Transmissíveis, desvinculando-se da dimensão histórica e social em torno da sexualidade.

Pinheiro, Silva e Tourinho (2017) que tratam sobre perspectivas para a intersectorialidade com a área da saúde, chamam à atenção pela quase ausência do tema na escola. Explicam que são realizadas apenas ações pontuais a respeito de demandas específicas e os professores, além de sentirem, em sua maioria, despreparados para abordar o tema, relatam resistência por parte das famílias dos alunos de que o tema seja tratado na escola. Segundo os entrevistados, o principal fator que impede uma abordagem permanente da sexualidade nos setores de saúde e educação foi o despreparo profissional, tanto na formação inicial como na permanente.

Neste e em outros trabalhos também fica evidente a questão valorativa em torno do debate sobre sexualidade. Nem sempre os docentes se mostraram receptivos à abordagem do assunto como tema transversal, pois entendem que esse diálogo deve ocorrer no âmbito familiar. Gava e Villela (2016) registraram a preocupação dos entrevistados em não incentivar a sexualidade precocemente,

assim como Quirino e Rocha (2012) e Gesser, Oltramari e Panisson (2015) que trouxeram ainda a questão da censura quanto à prática sexual.

Almeida et al. (2011), por sua vez, relataram que há um esforço por parte dos entrevistados em abordar conteúdos relativos à orientação sexual no ambiente escolar, mas identifica-se a necessidade de um aprofundamento de caráter informativo e subjetivo sobre “sexualidade”, de modo a propiciar um espaço para re-significações de sua internalidade e valores.

Borges et al. (2011) abordam especificamente a questão da homofobia no contexto escolar e frisam a falta de preocupação institucional quanto à diversidade e sexualidade. Assim, os docentes que trabalham a temática atuam basicamente por conta própria e, diante da complexidade de tratar o assunto de maneira articulada com outras disciplinas e da acumulação de tarefas, acabam por privilegiar demais conteúdos. Desse modo, a abordagem ocorre de forma pouco consistente, o que não corresponde com sua dimensão de relevância.

A partir da análise dos trabalhos, é possível perceber ainda o entendimento relativo da existência de uma perspectiva histórica e social em torno da sexualidade. No entanto, a questão de gênero apresenta compreensão precária por boa parte dos docentes e o discurso heteronormativo se faz presente em quase todos os trabalhos.

No mesmo sentido, Andres, Jaeger e Goellner (2015) afirmam que os conceitos de gênero e sexualidade são relacionados com aspectos biológicos do corpo e estão assentados quase que exclusivamente em normas heteronormativas. Outra questão recorrente foi a confusão entre os conceitos de gênero, orientação sexual e sexualidade, presentes em Quirino e Rocha (2012), Pinheiro, Silva e Tourinho (2017) e Andres, Jaeger e Goellner (2015).

Percebe-se ainda a noção de percepção do bom comportamento do aluno atrelada ao cumprimento dos estereótipos de gênero consolidados na sociedade. Em Gesser, Oltramari e Panisson (2015), algumas falas evidenciam uma espécie de julgamento e preocupação especial com o fato de as meninas manifestarem sua sexualidade, dado que o constructo social associa o feminino ao ideal de pureza. O mesmo se pode observar em Borges et al. (2011, p. 32) quando o diretor se posiciona, em referência às manifestações dos alunos homossexuais, falando sobre

necessidade de obter um bom comportamento dentro da escola, o que incluía, na interpretação dos autores daquele estudo, uma educação para uma boa adequação de gênero e de respeito à norma heterossexual.

A partir de análise dos trabalhos, é possível inferir que a transversalidade pretendida no que diz respeito à Orientação Sexual não é observada na prática, havendo baixa adesão quanto aos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (PCN). Nesse sentido, o apontamento unânime é a necessidade de formação inicial e continuada dentro da temática, que ainda se faz de forma incipiente.

Assim, a temática “orientação sexual” requer uma abordagem inclusiva por meio de uma rede integrada e interdisciplinar de modo sistemático e contínuo, favorecendo um reconhecimento do assunto pelos educadores visando à busca pela ética, cidadania e pelos direitos humanos e sociais (ALMEIDA et al., 2011).

De maneira similar, Gava e Villela (2016) relatam que o desalinhamento entre o que é previsto nas políticas públicas e o que se vê na prática é determinante quanto à forma de lidar com as sexualidades, que acaba por se estabelecer de maneira contrária ao que preconizam os direitos humanos, reforçando mecanismos de controle das pessoas e seus corpos, com base em preceitos morais arraigados ou em relações estabelecidas no contexto escolar.

Por fim, ressalta-se a visão de que as parcerias (entre escola, secretaria de educação, família e profissionais da saúde, como enfermagem e psicologia) podem agregar muito à abordagem do assunto. Porém, ao incluir profissionais da saúde, deve se atentar para que a intervenção não assuma o caráter exclusivamente biomédico, esquecendo da dimensão histórico social das sexualidades.

Políticas públicas

A partir da análise da categoria Políticas Públicas, que visam à inclusão de gênero e sexualidade como conteúdo escolar, foram estudados três artigos, realizados por meio da técnica de pesquisa bibliográfica e/ou documental.

Brandão e Lopes (2018) buscam especificamente contextualizar os debates em torno da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), que deveria ter ocorrido no ano de 2010, mas, devido às tensões políticas da época, só ocorreu em 2014. De um lado, estavam as entidades de defesa dos Direitos Humanos e de outro, os representantes do fundamentalismo religioso.

Nesse sentido, ficou evidente como o retrocesso político põe em xeque os avanços sociais conquistados dentro da temática até então. A vitória do lado conservador, representada pela Bancada Religiosa e, portanto, pela reprodução e perpetuação dos padrões engendrados pelas normas judaico-cristãs, chancela esferas de poder que vão no sentido contrário ao reconhecimento e a legitimação da diversidade sexual.

Carvalho e Sivori (2017), por sua vez, relacionam diretamente as dificuldades para a inclusão da temática Gênero e Sexualidade como conteúdo escolar, ao tradicionalismo religioso do país e da não consolidação de um estado laico, que perdura até os dias atuais. Dessa forma, o estudo faz uma análise, a partir de fatos históricos, sobre como a questão religiosa esteve atrelada às políticas em educação desde os tempos do Brasil-colônia até a votação do PNE (2014), sob a égide dos chamados empreendedores morais do Congresso Nacional.

Nesse sentido, cabe ressaltar que o PNE foi aprovado com a supressão da parte do seu texto que propunha como meta a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual” (grifo nosso). Em vez disso, trouxe genericamente, de forma estratégica, a meta de “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”.

Nos dois trabalhos, relata-se a tentativa dos grupos fundamentalistas em relacionar a inclusão do tema Gênero e Sexualidade nas políticas de educação a conspirações comunistas, com ideais contrários à instituição familiar. Tais ações contaram inclusive com o apoio de manchetes midiáticas, que demonizaram o termo Ideologia de Gênero e foram bem-sucedidas ao disseminar o pânico moral, desqualificando a importância do tema e conquistando adeptos à Escola sem Partido.

Vianna (2012), por sua vez, trata da análise sobre a introdução dos conteúdos de gênero e sexualidade nas políticas públicas de educação elaboradas entre os anos de 1990 e 2009. Nesse sentido, cabe ressaltar que o trabalho pega o período entre as discussões que antecederam a elaboração dos PCN de 1998 e a construção da agenda política voltada para a diversidade, a partir de 2003.

A principal comparação, em conformidade com o que foi visto até então, é que o conteúdo relacionado nos PCN assume caráter biomédico, preventivo e higienista, com a presença de aspectos heteronormativos, embora fale superficialmente de gênero e diversidade. As políticas públicas, a partir de 2003, contaram com a presença de movimentos sociais no seio do debate para sua elaboração, portanto representam um avanço em conquistas para a população LGBT, principalmente com o crescimento do Programa Brasil sem Homofobia.

Por fim, de acordo com o levantamento realizado no trabalho, a necessidade de tratar as questões de gênero, sob a perspectiva pós-estruturalista, é suscitada principalmente nos artigos publicados no fim dos anos 2000, seguindo os conceitos da autora Judith Butler, ao tecer a crítica contra a matriz heterossexual.

Formação docente

Dentre os dois artigos analisados, Silva e Soares (2014) tratam de estudo de campo e Altmann (2013) traz uma revisão bibliográfica.

Assim, Silva e Soares (2014) realizam o estudo no âmbito de formação continuada, em uma especialização intitulada Educação para a Diversidade. A formação ocorre paralelamente à atuação profissional dos docentes, facilitando a problematização das questões estudadas e a troca de experiências, a partir de situações do cotidiano, mostrando-se muito positiva por articular teoria e prática, fundamentando intervenções.

Esse trabalho adotou uma metodologia interessante em que os docentes em processo formativo, após se apropriarem do tema, anotavam situações vividas no ambiente profissional nos Cadernos de Registro, utilizados por várias disciplinas. Desse modo, as situações onde era possível enxergar uma questão relacionada ao

tema gênero, diversidade e sexualidade eram anotadas e a mesma situação era problematizada sob o enfoque de outras disciplinas, facilitando a abordagem transversal do tema.

Por fim, entre as questões levantadas pelos professores, registrou-se a dificuldade que a escola tem em se firmar como um espaço de construção identitária, além da observação que abordar a temática no contexto escolar envolve conflitos, pois alguns docentes acreditam que o assunto deve ser tratado na esfera privada dos indivíduos. Observou-se ainda o reforço de práticas heteronormativas na escola e a isenção por parte de alguns professores, que optam por ignorar e se manterem neutros diante do tema. Portanto, nota-se uma dificuldade para promover a interdisciplinaridade e vincular o assunto aos conteúdos escolares tradicionais.

Já Altmann (2013) trata da formação docente, contextualizando sua importância diante da temática em questão. Assim, inicia chamando à atenção para o fato de que os PCN introduziram Orientação Sexual como proposta curricular sem, no entanto, investir na capacitação docente, o que gerou críticas por parte das instâncias acadêmicas e das lideranças sociais. Explica ainda que a preparação para o programa Brasil sem Homofobia foi a partir da formação profissional, o que proporcionou mais consistência para as intervenções, apesar de o programa ter esbarrado em questões suscitadas pelo acirramento do conservadorismo religioso no país.

A autora explica o papel das Políticas Públicas no combate à homofobia enquanto elemento que traz visibilidade e representatividade à diversidade sexual, em uma tentativa de desvincular a imagem estritamente negativa que relaciona a diversidade com Doenças Sexualmente Transmissíveis.

Em nível macro, como sugestões para proporcionar uma formação adequada na temática, a autora reforça a importância da formação inicial, ainda no âmbito da graduação, em que diversidade sexual e de gênero devem ser incluídas no currículo de formação em seu constructo social, rompendo com a concepção heteronormativa vigente.

Ainda, fala da importância de articular essa ação a projetos específicos no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), uma

vez que se trata de um fomento voltado para alunos de licenciatura. Por fim, a autora sugere estratégias educativas para serem aplicadas no dia-a-dia pelo professor, a partir da interdisciplinaridade com as artes em geral; visuais, cinema, literatura, entre outras diversas manifestações.

Diante do exposto, evidencia-se a urgência de se repensar a formação docente, não somente a inicial, mas principalmente a continuada, para a obtenção de resultados já no curto prazo. A baixa quantidade de publicações nesta categoria por si só já evidencia a importância de se tratar o tema, focando principalmente na superação da construção heteronormativa vigente e buscando a ressignificação dos conceitos relacionados à questão de gênero e diversidade.

Intervenções ou propostas

Esta categoria aborda os trabalhos de intervenção realizados, bem como proposições de intervenção e a observação sobre como Gênero e Sexualidade vêm se desenvolvendo no contexto escolar, a partir do ponto de vista dos estudantes.

Buscou-se sintetizar as seguintes informações: forma de abordagem do estudo; se o tema é tratado de maneira transversal ou não; se rompe com padrões heteronormativos; se aborda a questão de gênero em sua construção social; se foca exclusivamente no caráter higienista e preventivo e se envolve profissional interno ou externo à escola.

Nesta categoria, Pinho e Pulcino (2016) foram os únicos a estruturar o trabalho por meio de Pesquisa Bibliográfica. A partir da análise histórica, dos estudos culturais e movimentos sociais, os autores resgatam a escola como espaço de problematização para ressignificação das diferenças, em uma perspectiva fluida que diverge do modelo binário hierárquico. Assim, concluem pela centralidade do papel que a formação adequada (inicial e continuada) exerce nesse contexto e propõem que a intervenção comece da base de formação docente, reforçando que a tolerância não deve ser a finalidade das ações, mas o fundamento delas.

Também se registraram intervenções essencialmente relacionadas às práticas higienistas e de prevenção, enfatizando o caráter biomédico, como se

observa em Sousa Neto et al. (2012), Baumfeld et al. (2012), Freitas e Dias (2010) e Fonseca, Gomes e Teixeira (2010). Nos quatro trabalhos, as intervenções foram realizadas por profissionais da saúde, externos à escola onde o trabalho se desenvolveu.

Por sua vez, Oliveira et al. (2016) relatam a criação de um jogo online que reflete sobre o tema Educação, Gênero e Sexualidade nos espaços ligados ao cotidiano do adolescente: Casa, Escola, Internet, Balada e Rua. Assim, problematiza os temas a partir da dinâmica de uma rede social em que os jogadores podem reagir à opinião dos outros e debater as questões levantadas. O mais interessante é que o jogador assume um avatar como personagem, e as situações-problema vividas por ele, então o anonimato funciona como um elemento positivo para quebrar a inibição ao tratar de determinados assuntos, o que favorece a abertura para o diálogo. O diferencial da proposta é a forma lúdica e descontraída de abordar o assunto, se distanciando do caráter higienista e matriz heterossexual historicamente impostos. Portanto, adota perspectiva transversal ao abordar o tema e orienta-se para o respeito à diversidade, ao trabalhar o conceito contemporâneo de gênero, finalizando com a avaliação da proposta pelos participantes.

No mesmo sentido, Nogueira et al. (2011) relatam a utilização de um jogo por agentes comunitários de saúde como recurso pedagógico para abordar a questão da sexualidade com os alunos, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e as demandas do Serviço Único de Saúde (SUS). Os estudantes participaram da seleção dos temas a serem abordados resultando em: namoro, métodos contraceptivos, primeira relação sexual, doenças sexualmente transmissíveis, corpo humano, gravidez na adolescência e drogas. Não se tratou a perspectiva de gênero e nem de diversidade, mas foi possível, a partir da elaboração das perguntas, perceber os marcadores de gênero presentes nos processos de socialização heteronormativos.

No trabalho desenvolvido por Maia et al. (2012), um pesquisador externo à escola, da área de psicologia, realiza intervenção a partir do referencial histórico-cultural, com o objetivo de proporcionar autonomia e responsabilidade aos adolescentes, a partir da educação sexual. Os conteúdos foram planejados de acordo

com o conhecimento cotidiano dos próprios alunos e em consonância com o que prevê os PCN. Em cada tema, levou-se em conta os aspectos psíquicos, biológicos e socioculturais da sexualidade, se afastando da perspectiva exclusivamente preventiva e higienista de abordagem. Ao fim, sugere-se, como forma de dar continuidade ao trabalho iniciado, um projeto voltado à formação docente.

Em Ciribelli e Rasera (2019), um pesquisador externo à escola fez a análise do contexto escolar no tocante às questões de gênero e sexualidade. Concluiu-se que crianças de idade média entre 3 a 4 anos já possuem a concepção refinada de gênero imposta pelos marcadores e símbolos que remetem à matriz heterossexual, similar ao observado na pesquisa de Bortolini (2015). Desse modo, o trabalho reafirma o papel da escola como espaço privilegiado para tratar as questões de gênero, por ser o local em que as crianças passam grande parte do tempo e por constituir o primeiro espaço de convivência social, fora do lar.

Couto Junior, Oswald e Pacahy (2018), por sua vez, trazem relatos de alunos que sofrem com bullying homofóbico em um ambiente escolar onde as ações de intervenção eram conduzidas de forma individual pelos docentes que se incomodavam com a situação, ao passo que se observava a reiteração das normas regulatórias de gênero, diante da omissão da direção frente às condutas preconceituosas, e o esforço pela normatização dos alunos.

Já o estudo conduzido por Bortolini (2015) problematiza a abordagem de gênero e sexualidade no contexto escolar, como resultado de ação de formação anterior. Assim, alinhando teoria e prática, retrata um contexto transversal que favorece a diversidade, ao abordar a questão gênero pela perspectiva histórico social, de maneira a tratar as sexualidades distanciando-se da dicotomia marcada pelo feminino/masculino. Conforme mencionado anteriormente, também revela a compreensão de gênero refinada em crianças de idade anterior à da alfabetização.

Ao investigar a propagação do discurso binário hierárquico no contexto escolar, bem como as práticas homofóbicas, Teixeira Filho, Rondini e Bessa (2011) percebem que, muitas vezes, a internalização de discursos pautados em normas heterocentradas encontra-se fundamentada na própria educação familiar, o que causa inibição aos alunos para tratarem do tema sexualidade na escola. Nesse

sentido, os autores destacam que a escola tem um papel essencial na desconstrução desse paradigma para alcançar a educação cidadã, similar ao que afirmam Ciribelli e Raserá (2019).

A pesquisa desenvolvida por Quirino e Rocha (2013), por sua vez, assume grande relevância, à medida que trata da continuidade de uma investigação iniciada em trabalho anterior. Cabe ressaltar que o primeiro estudo também é abordado nesta pesquisa, na seção sobre Percepção Docente Acerca do Tema.

Assim, a avaliação da prática docente, conforme esperado, veio reafirmar o despreparo para a condução da temática, tendo em vista que, via de regra, o professor agiu como transmissor da verdade em sala de aula, diante de um assunto que requer amplo diálogo. Além disso, outros problemas foram observados como: a presença de valores morais e pessoais na condução das práticas educativas; a convivência em relação à homofobia, a partir do silenciamento diante de situações de discriminação; a omissão diante do tema Iniciação Sexual; a orientação heteronormativa e a manutenção das desigualdades de gênero, incluindo divisão sexual do espaço didático.

Por fim, o trabalho explica que como desdobramento dos resultados obtidos na investigação, estava sendo testada na escola uma nova forma de abordagem da questão, passando pela formação docente em gênero, sexualidade e saúde reprodutiva.

Conforme visto, os trabalhos analisados refletem baixa adesão à questão da transversalização dos conteúdos e basicamente apenas os trabalhos mais recentes demonstram conhecer o conceito de gênero em sua concepção pós estruturalista, sendo ambos os problemas decorrentes das lacunas de formação na temática, mencionadas no decorrer de todo o estudo.

No mesmo sentido, outra tendência observada foi a abordagem da temática por profissionais externos à escola, da área da saúde, o que corrobora para a não observância da construção de gênero em seu aspecto histórico social.

Análise de contexto

Os dois artigos enquadrados na categoria Análise de contexto, utilizaram a mesma metodologia abordada neste trabalho; a revisão integrativa da literatura. Entretanto, os dois artigos analisaram horizontes temporais diferentes e partiram de perguntas norteadoras distintas, com apenas alguns pontos de interseção entre eles e este trabalho, o que contribui para a complementaridade dos estudos.

Furlanetto et al. (2018) concentraram-se na análise de publicações entre 2010-2016 e buscaram caracterizar as intervenções em Educação, Gênero e Sexualidade, a partir do conteúdo abordado e do perfil dos profissionais responsáveis pelas ações. Assim, dada a compreensão do horizonte temporal da pesquisa estar inserida nos critérios de inclusão deste trabalho, cabe ressaltar que a publicação mencionada não considerou as abordagens aqui propostas sobre Percepção Acerca do Tema e Formação Docente.

A maioria dos trabalhos analisados pelo estudo são relatos de experiência e descrevem ações de intervenção, com alguns casos de levantamento de necessidades para embasar as ações e análises de resultados obtidos a posteriori. Entretanto, fica comprovado que as abordagens são pontuais, em sua maioria realizada por profissionais da saúde externos à escola (acadêmicos de enfermagem), possuem caráter higienista e não se compreendem como tema transversal, segundo preconiza os PCN. Também se constata a necessidade de capacitação com vistas a transformar os padrões sexuais discriminatórios.

As intervenções foram registradas junto a alunos do 5º ano em diante e basearam-se em teorias pedagógicas específicas, compreendendo diferentes formatos de abordagem como oficinas, grupos de conversação e leitura, montagem de peça teatral, atividades lúdicas, entre outros. A partir daí, percebe-se que o problema não foi o desconhecimento de metodologias, mas a falta de compreensão da construção histórico social de gênero para uma abordagem adequada. Nesse sentido, o trabalho destaca que gênero, identidade, preconceito, diversidade e aspectos culturais/familiares foram abordados em apenas alguns trabalhos, refletindo o despreparo das escolas para lidar com essas questões.

Marcon, Prudêncio e Gesser (2016) adotaram metodologia semelhante à deste trabalho, buscando sistematizar as informações acerca da temática, em um encadeamento de planejamento, realização e análise, embora não tenha mencionado expressamente esse objetivo. O horizonte de análise se concentrou entre o período que vai de 1997 a 2013 e buscou investigar como ocorreu, após a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a produção de conhecimento em diversidade sexual no âmbito das escolas brasileiras. Além disso, analisou a maneira como o conceito de gênero se integra nesse contexto e as práticas de intervenção utilizadas.

Entre os principais resultados, destaca-se a dificuldade de articular teoria e prática, portanto o abismo entre as políticas públicas e seus efeitos, bem como a baixa representatividade do conceito de gênero relacionado à diversidade sexual. De forma paradoxal, se fala em despatologização das sexualidades, mas livros didáticos se furtam de exibir imagens que fazem referência à homoafetividade, ignorando a sua existência e reproduzindo práticas de intervenção que reforçam o padrão heteronormativo estrutural.

O trabalho ressaltou que as dificuldades de se caminhar em uma perspectiva mais inclusiva derivam das próprias crenças docentes e, portanto, do choque cultural com uma geração que não foi socializada sob a égide do conceito de diversidade. Ainda, destacou que alguns dos professores que passaram por ações de capacitação na temática sofreram com o distanciamento de colegas no ambiente de trabalho, o que, conforme visto anteriormente, caracteriza a disseminação do chamado pânico moral.

Por fim, é possível perceber que o cenário brasileiro se situa entre conquistas e retrocessos, que refletem a tensão política existente entre os movimentos sociais e a crescente ala conservadora do país. Nesse contexto, fica claro que a educação é um campo de disputa e que, avançar no sentido da pluralidade, em última análise, significa lidar com conflitos e negociações de forma constante.

Considerações finais

A realização do presente trabalho permitiu entender o contexto brasileiro quanto ao tema Educação e Sexualidade por uma perspectiva integrada. A divisão dos trabalhos por área de macro abordagem, em um encadeamento que vai desde o levantamento de dados para a elaboração de Políticas Públicas até a Análise Crítica dos resultados obtidos, contribui para que o assunto não seja abordado de maneira fragmentada, sem continuidade.

Acreditamos que a aplicação da ferramenta de gestão Ciclo PDCA como metodologia para sistematizar ações possui grande contribuição, sendo o diferencial desse trabalho. Dentre os vinte e oito artigos analisados, somente Maia et al. (2012), Bortolini (2015) e Quirino e Rocha (2013) trazem a ideia de continuidade do trabalho, com algum tipo de planejamento ou de abordagem posterior como desdobramento. Tal fato nos leva a reiterar a ideia de que o conhecimento produzido deve ser utilizado para enriquecer o debate e fortalecer o processo de construção de agendas políticas, frente aos grandes desafios impostos pelo crescimento da ala conservadora no país.

Nesse sentido, cabe ressaltar que a educação em sexualidade, bem como as discussões sobre gênero e identidade não devem ser confundidas com doutrinações ideológicas, e sim associadas ao desenvolvimento de uma sociedade plural, com exercício pleno da cidadania.

Em linhas gerais, é perceptível a fragilidade do Brasil enquanto estado laico, o que impõe uma série de barreiras à criação de Políticas Públicas voltadas à educação. Balizada por interesses dos grupos hegemônicos, a educação pautada na moral cristã se revela como um instrumento que reforça as relações de poder. Assim, o sistema perpetua mecanismos de manutenção da desigualdade e exclusão social, distanciando-se do que preconiza a educação baseada em Direitos Humanos.

A percepção docente acerca do tema revela a carência da formação inicial e continuada em Educação e Sexualidade, demonstrando a reprodução do aspecto heteronormativo no contexto escolar, bem como o distanciamento da abordagem sobre Diversidade Sexual. Os próprios PCN, ao tratarem sobre Orientação Sexual,

privilegiam temas como a prevenção à gravidez na adolescência e às Doenças Sexualmente Transmissíveis, revelando fragilidades quanto à temática de gênero, que é voltada para a inclusão e combate da homofobia, além da própria transversalização de conteúdos. Basicamente, a compreensão da maioria dos entrevistados acerca do conceito de gênero deriva do seu constructo biológico, embora esta concepção esteja em discordância com os estudos mais recentes na área, que apontam para a influência histórico social.

Portanto, é urgente que a formação docente seja repensada, focando na superação das dicotomias em torno da construção homem/mulher e buscando a ressignificação dos conceitos relacionados à questão de gênero e diversidade.

No campo das políticas públicas, seria necessária a revisão e atualização dos próprios PCNs, além do Plano Nacional de Educação. Entretanto, entende-se que essas mudanças em nível macro se tornam um pouco mais complicadas por envolverem interesses de diferentes grupos de poder na sociedade, o que leva tempo de negociação.

Por esse motivo, a curto prazo, a formação docente surge como principal estratégia para o alcance do objetivo pretendido, dado que pode ser desenvolvida em nível “micro”, capitaneada pela gestão escolar e demandas que surgem no cotidiano do profissional de educação.

Cabe ressaltar que, entre as macro abordagens sugeridas, a categoria que versa sobre Intervenções ou Propostas foi líder absoluta em quantidade de publicações, concentrando aproximadamente a metade dos artigos analisados. Entretanto, Formação Docente só teve 2 publicações, menos de 10% do total. Ambas as categorias fazem parte da dimensão *Do* do Ciclo PDCA, e devem se desenvolver de maneira paralela, devendo a formação docente (inicial e continuada) preceder à intervenção, de modo a dar mais segurança de que a temática está sendo abordada com a propriedade esperada.

Assim, os altos números da categoria Intervenções ou Propostas animam, por demonstrarem a disposição para trabalhar o tema no contexto escolar, ao passo que o número restrito de publicações sobre Formação Docente preocupa, quanto à qualificação dos professores para abordarem o assunto. No entanto, esse resultado

condiz com o que foi levantado nos diversos trabalhos analisados, em que os entrevistados relatam se sentirem despreparados para trabalhar a temática com os alunos.

Por fim, foram localizados apenas dois trabalhos sobre Análise de Contexto que, como este, se concentram na abordagem de Controle do ciclo PDCA. Juntando o horizonte temporal de análise deste trabalho com os dois artigos estudados na mesma perspectiva, foram estudadas publicações que vão de 1990 a 2019, três décadas. Entretanto, o que mais chamou à atenção foi a recorrência dos problemas relatados, que são, em síntese: ausência da construção de gênero em sua dimensão histórico social, reafirmação da heteronormatividade, perspectiva higienista ao abordar educação sexual, fragilidade na capacitação docente e políticas públicas que não se efetivam.

Portanto, reiteramos a necessidade de se avaliar continuamente os resultados obtidos para fundamentar a etapa de Ações Corretivas, alinhando necessidades e intervenções, o que é fundamental para construir um processo educativo robusto e vinculado à função social de educar para os Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sandra Aparecida de et al. Orientação sexual nas escolas: fato ou anseio? **Revista Gaúcha de Enfermagem** [online], v. 32, n. 1, p. 107-113, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1983-14472011000100014>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

ALTMANN, Helena. Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. **Sexualidad, Salud y Sociedad** [online], n. 13, p. 69-82, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1984-64872013000100004>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

ANDRES, Suélen de Souza; JAEGER, Angelita Alice; GOELLNER, Silvana Vilodre. Educar para a diversidade: gênero e sexualidade segundo a percepção de estudantes e supervisoras do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (UFSM). **Revista da Educação Física / UEM** [online], v. 26, n. p. 167-179, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.4025/reveducfis.v26i2.23016>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

ARAÚJO, Aline Soares Storch; AFONSO, Maria Lúcia Miranda. **A educação em direitos humanos na educação infantil: formação de sujeitos de direitos**. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/322999700_A_educacao_em_direitos_humanos_na_educacao_infantil_formacao_de_sujeitos_de_direitos>. Acesso em: 20 maio 2021

BARBOSA, Vanessa Coelho; RODRIGUES, Hosana Suelen Justino. **O ambiente escolar: uma visão da construção social da sexualidade**. Campina Grande: Realize Editora, 2012. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/02253587252c4a47902fc6007c680f88_379.pdf> Acesso em: 30 nov. 2020.

BAUMFELD, Tiago Soares et al. Autonomia do cuidado: interlocução afetivo-sexual com adolescentes no PET-Saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica** [online]. v. 36, n. 1 suppl 1, p. 71-80, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-55022012000200010>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

BORGES, Zulmira Newlands et al. Percepção de professoras de ensino médio e fundamental sobre a homofobia na escola em Santa Maria (Rio Grande do Sul/Brasil). **Educar em Revista** [online], n. 39, p. 21-38, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40602011000100003>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

BORTOLINI, Alexandre. O sujeito homossexual como tema de aula: limites e oportunidades didáticas. **Cadernos Pagu** [online], v. 00, n. 45, p. 479-501, 2015.

Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/18094449201500450479>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

BRANDÃO, Elaine Reis; LOPES, Rebecca Faray Ferreira. “Não é competência do professor ser sexólogo”. **Civitas - Revista de Ciências Sociais** [online], v. 18, n. 1, p. 100-123, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/1984-7289.2018.1.28265>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: **Senado Federal**, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 nov. 2020.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9.394/96. **Planalto Gov**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> . Acesso em: 30 nov. 2020.

BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF., 26 jun 2014. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>> Acesso em: 30 nov. 2020

CARVALHO, Marcos Castro; SÍVORI, Horacio Federico. Ensino religioso, gênero e sexualidade na política educacional brasileira. **Cadernos Pagu** [online], n. 50, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/18094449201700500017>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

CIRIBELLI, Carlos José de Moura; RASERA, Emerson Fernando. Construções de Sentido sobre a Diversidade Sexual: Outro Olhar para a Educação. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003175599>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

COSTA, Juliana da Silva. Educação inclusiva e orientação sexual: dá para combinar? **Psicologia: Ciência e Profissão**. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/262597150_Educacao_inclusiva_e_orientacao_sexual_da_para_combinar> Acesso em: 30 nov. 2020

COUTO, Dilton Ribeiro do; OSWALD, Maria Luiza Magalhães Bastos; POCAHY, Fernando Altair. Gênero, sexualidade e juventude(s). **Civitas - Revista de Ciências Sociais** [online], v. 18, n. 1, p. 124-137, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/1984-7289.2018.1.28046>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

FONSECA, Adriana Dora da; GOMES, Vera Lúcia de Oliveira; TEIXEIRA, Karina Correa. Percepção de adolescentes sobre uma ação educativa em orientação sexual realizada por acadêmicos(as) de enfermagem. **Escola Anna Nery** [online], v. 14, n.

2, p. 330-337, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-81452010000200017>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

FREITAS, Kelly Ribeiro de; DIAS, Silvana Maria Zarth. Percepções de adolescentes sobre sua sexualidade. **Texto & Contexto** – Enfermagem [online], v. 19, n. 2, p. 351-357, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-07072010000200017>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

FURLANETTO, Milene Fontana et al. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de Pesquisa** [online], v. 48, n. 168, p. 550-571, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198053145084>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

GAVA, Thais; VILLELA, Wilza Vieira. Educação em Sexualidade: desafios políticos e práticos para a escola. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro) [online], n. 24, p. 157-171, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2016.24.07.a>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

GESSER, Marivete; OLTRAMARI, Leandro Castro; PANISSON, Gelson. Docência e concepções de sexualidade na educação básica. **Psicologia & Sociedade** [online], v. 27, n. 3, p. 558-568, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n3p558>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

GONÇALVES, Aline Loredane; FIGUEIREDO, Frederico de Carvalho. Educação para a cidadania e o ensino médio: uma revisão teórica. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 12, 2019. Disponível em: <<http://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/5195/4746>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi et al. Educação sexual na escola a partir da psicologia histórico-cultural. **Psicologia em Estudo**, v. 17, n. 1, p. 151-156, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/rQ3DZwPrv5mcTgpYVTrWjTq/?lang=pt#>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar**: O que é? Por que? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MARCON, Amanda Nogara; PRUDÊNCIO, Luísa Evangelista Vieira; GESSER, Marivete. Políticas públicas relacionadas à diversidade sexual na escola. **Psicologia Escolar e Educacional** [online], v. 20, n. 2, p. 291-302, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-353920150202968>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

MARSHALL JÚNIOR, Isnard et al. **Gestão da qualidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

MOIZÉS, Julieta Seixas; BUENO, Sonia Maria Villela. Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental. **Revista da Escola de Enfermagem da USP** [online], v. 44, n. 1, p. 205-212, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0080-62342010000100029>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

NOGUEIRA, Maria José et al. Criação compartilhada de um jogo: um instrumento para o diálogo sobre sexualidade desenvolvido com adolescentes. **Ciência & Educação** (Bauru) [online], v. 17, n. 4, p. 941-956, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1516-73132011000400011>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

OLIVEIRA, Rebeca Nunes Guedes de et al. Limites e possibilidades de um jogo online para a construção de conhecimento de adolescentes sobre a sexualidade. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v. 21, n. 8, p. 2383-2392, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232015218.04572016>>. Acesso em: 29 jun. 2021

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Declaração Universal dos Direitos Do Homem. Adotada e aprovada em Assembléia Geral da ONU no dia 10 de dezembro de 1947. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2020.

PINHEIRO, Aldrin de Sousa; SILVA, Lucia Rejane Gomes da; TOURINHO, Maria Berenice Alho da Costa. A estratégia saúde da família e a escola na educação sexual: uma perspectiva de intersectorialidade. **Trabalho, Educação e Saúde** [online], v. 15, n. 3, p. 803-822, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00084>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

PINHO, Raquel; PULCINO, Rachel. Desfazendo os nós heteronormativos da escola: contribuições dos estudos culturais e dos movimentos LGBTTT. **Educação e Pesquisa** [online], v. 42, n. 3, p. 665-681, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-97022016148298>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

QUIRINO, Glauberto da Silva; ROCHA, João Batista Teixeira da. Prática docente em educação sexual em uma escola pública de Juazeiro do Norte, CE, Brasil. **Ciência & Educação** (Bauru) [online], v. 19, n. 3, p. 677-694, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1516-73132013000300011>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

QUIRINO, Glauberto da Silva; ROCHA, João Batista Teixeira da. Sexualidade e educação sexual na percepção docente. **Educar em Revista** [online], n. 43, p. 205-224, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40602012000100014>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

ROCHA, Késia dos Anjos. Diversidade sexual e combate à homofobia no cenário das políticas públicas para a educação. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10., 2011, Curitiba. **Anais [...] Curitiba: PUCPR, 2011.** Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5958_2939.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020

RODRIGUES, Beatriz. Diversidade sexual, gênero e inclusão escolar. **Revista Brasileira de Educação Básica** (Belo Horizonte, online) [online], v. 2, n. 6, 2017. Disponível em: <<https://pensaraeducacao.com.br/rbeducacaobasica/wp-content/uploads/sites/5/2019/07/03-DIVERSIDADE-SEXUAL-GÊNERO-E-INCLUSÃO-ESCOLAR.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2020

RONDAS, Lincoln de Oliveira; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Inserção profissional de travestis no mundo do trabalho: das estratégias pessoais às políticas de inclusão. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei, v. 10, n. 1, p. 192-205, jun. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000100016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 nov. 2020.

SANTOS, Juliana Anacleto dos. **Desigualdade Social e o Conceito de Gênero.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, p. 123. 2008. Disponível em <<http://www.virtu.ufjf.br/artigo%203a7.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2020.

SILVA, Rosimeri Aquino da; SOARES, Rosângela. Sexualidade e identidade no espaço escolar: notas de uma atividade em um curso de educação a distância. **Educar em Revista** [online], n. spe-1, p. 135-151, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/3p7PHksfpy5YVDRfW8FsF/?lang=pt>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

SOARES, Alexandre. Gênero e diversidade sexual: indagando as práticas curriculares da educação profissional e tecnológica. In: QUIRINO, Raquel. **Relações de Trabalho, Educação e gênero.** Jundiaí: Paco Editorial, 2014, p. 135-156.

SOUSA NETO, Ariel et al. Programa de educação pelo trabalho para a saúde nas escolas: oficina sobre sexualidade. **Revista Brasileira de Educação Médica** [online], v. 36, n. 1 suppl 1 p. 86-91, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-55022012000200012>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein** (São Paulo), São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, Mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-45082010000100102&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 nov. 2020.

TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva; RONDINI, Carina Alexandra; BESSA, Juliana Cristina. Reflexões sobre homofobia e educação em escolas do interior paulista.

Educação e Pesquisa [online], v. 37, n. 4, p. 725-741, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-97022011000400004>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

VIANNA, Claudia. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 127-143, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pp/v23n2/a09v23n2.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.): **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Editora Vozes, 2000, p. 7-72 .